

ACTA NÚMERO 18/XII/ 1.^a SL

Aos 25 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Actas.
2. Expediente.
3. Discussão do PJR n.º 647XII “ Douro – seis medidas de emergência”.
4. Distribuição do PJR n.º 1077XII (BE) que “Recomenda ao Governo a revogação do despacho n.º 13491/2011 e a protecção de milhares de sobreiros e azinheiras”.
5. Escrutínio europeu.
6. Outros assuntos.

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vasco Cunha que cumprimentou os Senhores Deputados presentes.

No ponto 1 da OD foi apreciada a acta n.º13, tendo sido aprovada.

No ponto 2 da OD foi apreciado o expediente previamente distribuído. O Senhor Presidente informou que tinha recebido, em nome da PAR, no dia 24 de Outubro, uma delegação que procedeu à entrega de um cabaz de produtos agrícolas produzidos pelos nossos agricultores. Informou ainda que esse cabaz de alimentos tinha sido entregue à Santa Casa da Misericórdia, delegação de S. Bento.

No ponto 3 da OD procedeu-se à discussão do PJR n.º 64/XII “Douro – seis medidas de emergência”

Para apresentação da respectiva iniciativa usou da palavra o senhor Deputado Agostinho Lopes. Referiu que o Douro vive uma situação aflitiva após anos de redução dos rendimentos, decorrente de preços esmagados do vinho generoso e do vinho de pasto, agravada com os custos dos factores de produção. Acresce que os vitivinicultores durienses foram confrontados com o Comunicado de Vindima 2011, que fixou em 85 mil pipas o quantitativo de mosto a beneficiar, reduzindo assim face a 2010 em 25 mil pipas o benefício a distribuir. Sublinhou ainda que salvar os pequenos viticultores durienses é impedir um maior afundamento económico e social da região

duriense, que está suportada pela vitivinicultura. Tudo gira em torno do vinho, mesmo o Turismo que toda a gente diz querer promover e desenvolver. Não há Douro, Património da Humanidade, sem que se trave os problemas vividos na região.

O Senhor Deputado Abel Baptista referiu que a oportunidade desta iniciativa já está um pouco ultrapassada pelas audiências já realizadas quer com as associações do sector quer com o Senhor Secretário de Estado. Sublinhou que não vê que as medidas incluídas no PJR resolvam os problemas existentes. Referiu ainda que a intenção do PCP é boa, tem o mérito de chamar a atenção para alguns dos problemas existentes no Douro, mas não concorda com as soluções propostas.

O Senhor Deputado Pedro Pimentel sublinhou que com as audiências realizadas ficámos mais alertados para os problemas existentes no Douro aliás, na sequência dessas audiências o GP do PSD apresentou um PJR sobre esta temática. Considera que alguns dos pontos da iniciativa do PCP estão ultrapassados. Sublinhou que o que é importante é o reforço do interprofissional e não do Governo. É necessário reforçar o interprofissional e deixar para o Estado apenas uma função reguladora.

O Senhor Deputado Miguel Freitas referiu partilhar as preocupações manifestadas na iniciativa em apreço. Referiu que depois da intervenção do senhor Deputado Abel Baptista aguarda pelas medidas que o Governo irá apresentar para ultrapassar os graves problemas que assolam a região do Douro. Referiu que não se identifica com todas as ideias propostas, no entanto, a proposta das indemnizações devem ser consideradas, assim como a proposta de abertura de uma linha de crédito. Concorda também com a ideia de reforço do interprofissional.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes produziu uma intervenção final, reforçando os argumentos aduzidos, considerando urgente a resolução dos problemas que há muito assolam a Região do Douro.

O Senhor Presidente informou, que nos termos regimentais, a iniciativa iria ser enviada para Plenário, para a respectiva votação.

No ponto 4 da OD procedeu-se à distribuição do PJR n.º 107/XII (BE) que “Recomenda ao Governo a revogação do Despacho n.º 13491/2011 e a protecção de milhares de sobreiros e azinheiras” O Senhor Presidente solicitou ao BE que indique, com a brevidade possível, se pretende discutir esta iniciativa em Plenário ou na Comissão.

No ponto 5 da OD a Comissão decidiu escrutinar os COM 625, 628, 630, 631, 629, 626, 615, 627, 479, 566, 578 e 634. No final da reunião serão indicados os Grupos Parlamentares a quem cabe indicar relatores.

No ponto 6 da OD o Senhor Presidente recordou que a discussão do OE na Comissão está prevista para o dia 7 de Novembro, de manhã. Recordou também a realização da Audição com o Comissário Europeu da Agricultura, no próximo dia 8 de Novembro, entre as 18.30H e as 20:00H. Foi acordada a seguinte grelha de tempos: Comissário 20m; GPs 30m; Comissário 10m; GPs 15m e Comissário 15m.

O Senhor Presidente recordou ainda que estão a ser desenvolvidos contactos para termos na Comissão, no próximo dia 29 de Novembro a Comissária Europeia das Pescas.

A reunião foi gravada e pode ser ouvida em.

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111025.mp3

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

:

Abel Baptista
Agostinho Lopes
Cristóvão Norte
Fernando Jesus
Jorge Fão
José Luís Ferreira
Luís Pedro Pimentel
Manuel Isaac
Manuel Seabra
Maria José Moreno
Mário Simões
Miguel Freitas
Nuno Serra
Pedro Alves
Pedro do Ó Ramos
Rosa Maria Albernaz
Vasco Cunha
Ângela Guerra
Eduardo Teixeira
Fernando Marques
Graça Mota
Hélder Sousa Silva
João Paulo Pedrosa

Lídia Bulcão
Maurício Marques
Rui Jorge Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda
Pedro Lynce
Renato Sampaio

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Paulo Batista Santos
Ulisses Pereira

Palácio de São Bento, 25 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

(Vasco Cunha)